

# Uma inveja danada



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da  
Academia Brasileira de Letras

Inveja é coisa feia. Esse pecado mortal — Santo Agostinho dizia que é o pecado do diabo por excelência —, que é o desejo de ter o que outro tem, anda de mãos dadas com a avareza, que é o desejo de ter tudo.

Muita gente tem inveja dos relógios, carros e fortuna dos outros. Eu, de minha parte, nunca tive. Na nossa geração da política disputada na internet, a inveja encontrou um terreno fértil: já que todos se expõem e mostram o que têm, o invejoso quer ter o que o outro tem, sejam votos, acessos, “likes” e, naturalmente, o sucesso e o dinheiro que andam juntos. Ideias, à essa altura, levam desvantagem, e a política se empobrece, embora os políticos enriqueçam.

Não é que a inveja não estivesse na política há muito tempo, desde sempre as disputas tiveram em grande parte a inveja como motivo. Os vitoriosos políticos, no mais das vezes, tinham um episódio de violência ou de envenenamento no seu sucesso, que resultava, naturalmente, em eles assumirem o que era do outro. Esse é um campo em que o Império Romano dá show: quando, por exceção, Marco Aurélio foi sucedido por seu filho Cómodo, as coisas foram muito piores do que com a costumadeira adoção do sobrevivente entre os vários candidatos.

Na frente do invejoso se colocam algumas opções, e vale selecionar todas: a avareza, o comolombrei, o narcisismo, o egocentrismo. O primeiro objeto de exposição é uma moeda com sua cara, e se as com a cara de Augusto são multidão nas coleções numismáticas, o futuro dirá quantas moedas mostrarão o topete do Trump, que já providenciou a sua. Mas o imperador deixou também uma multidão de bustos e esculturas de corpo inteiro — é surpreendente que ele, que fizera César deus para poder se dizer divi filius, não tenha providenciado para que sobrevivesse pelo menos uma escultura do pai adotivo.

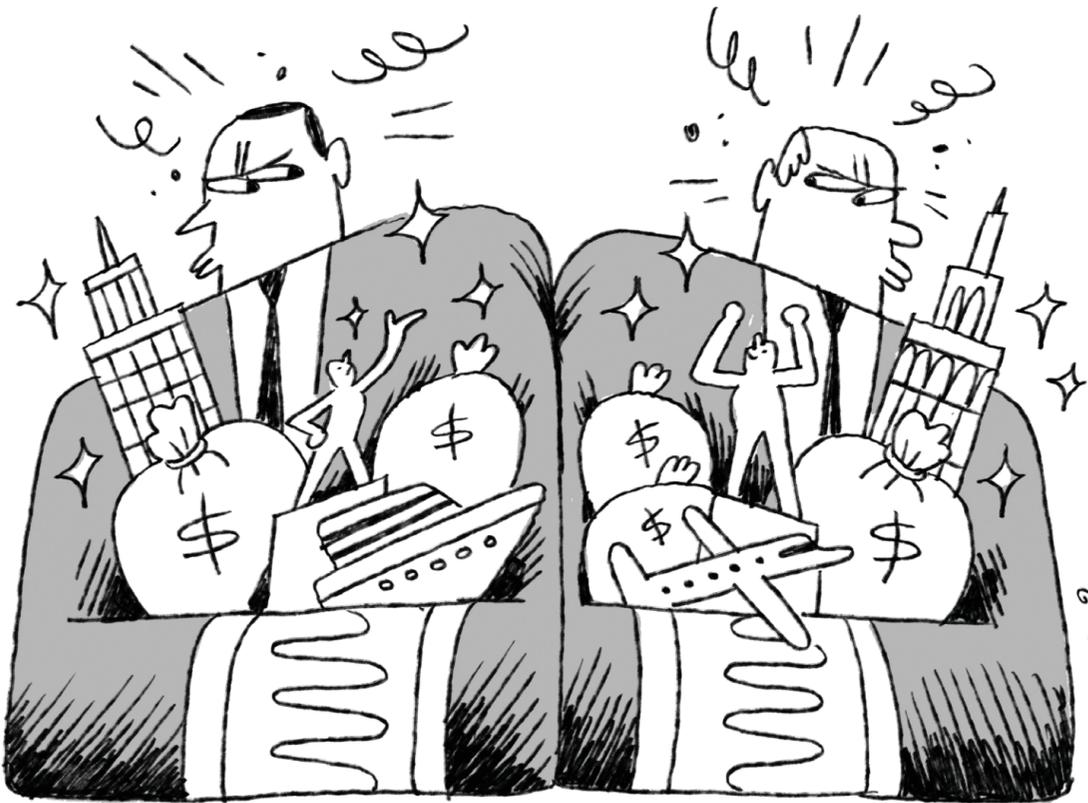
Os artistas eram cooptados como os maiores divulgadores das belas (ai de quem quisesse ser realista) imagens dos poderosos. Estão aí as centenas de quadros de Napoleão, mão no casaco, que não nos deixam esquecer que ele também foi imperador. Depois, com o advento das massas e da fotografia, foram os retratos de seus heróis que desfilaram: Lênin, Stalin, Hitler, Mussolini, Hirohito, o Xá, Khomeini, Saddam Hussein e todos os que acreditam na autocracia, de um canto do mundo a outro. Outra variante é ter seu nome nas coisas, como o Trump, com inveja do Kennedy, fez com o Kennedy Center, que ele resolveu fechar porque os artistas não querem se apresentar no Donald J. Trump — John F. Kennedy Center for the Performing Arts.

Se o narcisismo é estampado, o egocentrismo leva também a achar que são os maiores. Um sapato com solado especial é um bom remédio para a altura, mas outros predicados são mais difíceis de enganar, de modo que o jeito

é dizer que tem o maior tudo: bomba, prédio, depósito bancário, descaramento e por aí vai. Enquanto planejava restaurar o território russo ao esplendor do império soviético, o Vladimir Putin, há uns tempos, resolveu o problema colocando uma mesa em que se sentava à cabeceira e o interlocutor, do outro lado, tinha que usar um binóculo para vê-lo e um sistema de autofalantes e microfones para conversar, era humilhante. Esse truque, aliás, sempre foi usado, se sucedendo os estrados que mostravam a importância do mandão — ou até de autoridades regularmente eleitas, como os papas, que usavam até a sedes gestatoria nos ombros dos acólitos, até a época do Concílio Vaticano II, quando passaram a usar papamóvel.

O Trump — que faz questão de que estejamos todos a falar dele, mesmo mal — tem duas manias, uma decorativa, outra arquitetônica. Nada de novo. O Franco, por inveja de Felipe II, que fizera o extraordinário Escorial, fez junto dele, no Valle de Cuelgamuros, que ele chamava de Valle de los Caídos, o horrível memorial aos seus mortos na guerra civil, com o requinte de ser construído pelos presos políticos. O autocrata americano, além de encher de dourado o Salão Oval, diz ele que é seu Versailles, isto é, inveja do Roi-Soleil, Luís XIV, derrubou a East Wing da Casa Branca para lá fazer uma sala de baile tamanho família e, agora, quer fazer também o “Arc of Trump” diante do Lincoln Memorial, do outro lado do Rio Potomac; o detalhe é que tem que ser o maior do mundo, duas vezes e meio o Arco do Triunfo, por inveja de Napoleão!

Há inveja para todos os gostos!



## Queijo artesanal e o Estado necessário



» ZÉ SILVA  
Deputado federal  
(Solidariedade-MG)

Hoje, o Queijo Minas Artesanal vive um momento de reconhecimento e valorização. Mas nada disso teria sido possível sem a presença ativa, estratégica e responsável do Estado. Quando falo em Estado, refiro-me a instituições como a Emater-MG, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e à visão pioneira do governador Itamar Franco, que compreendeu que o Estado não deve ser nem mínimo e ausente, nem gigantesco e sufocante. Ele deve ser necessário: presente, atuante e eficaz.

Esse entendimento começou a se concretizar no ano 2000, com o decreto que reconheceu oficialmente o Queijo Minas Artesanal de leite cru, abrindo caminho para sua proteção, valorização e reconhecimento como patrimônio cultural e produtivo de Minas Gerais.

Em 2003, assumi a presidência da Emater-MG, após um período na França, conhecendo como aquele país que há séculos protege seus produtores e produtos artesanais. Inspirados nesse modelo, criamos o Programa Queijo Minas Artesanal, estruturando uma rede de extensionistas capacitados para apoiar produtores de diferentes regiões, queijeiras. Promovemos intercâmbios técnicos, missões internacionais e trocas de conhecimento entre técnicos e produtores mineiros

e franceses, aliando tradição e ciência.

Na Epamig, universidades e centros de pesquisa implantaram estudos científicos, reunindo o saber tradicional dos mineiros, a experiência dos franceses e o conhecimento científico moderno. Tudo isso com o intuito de aprimorar as técnicas de produção, sem jamais perder de vista a preservação e a valorização da tradição.

Em tempos difíceis, em que a produção de queijo artesanal de leite cru era considerada quase um ato de rebeldia, lembro com tristeza das imagens de queijos sendo apreendidos e destruídos, com creolina sendo jogada sobre eles ou até enterrados. Parecia um crime produzir queijos. Mas o Estado, por meio de políticas públicas focadas e comprometidas, foi um ponto de apoio fundamental para reverter essa situação.

Em 2007, na presidência da Emater-MG, promovemos o primeiro concurso de queijos, onde, a partir da análise das características da região (solo, pastagem, raça do gado, altitude), fomos caracterizando as diferentes regiões produtoras. Isso resultou no reconhecimento de diversas especificidades do queijo minas, com destaque para o uso do pingo (a cultura tradicional usada para coagular o leite), um elemento de extrema importância no processo de fabricação.

Naquela época, junto com o presidente do IMA, Altino Rodrigues, entregamos o primeiro cadastro de inspeção para o produtor Vanderlino. Esse foi um passo importante, que permitiu aos queijos mineiros, até então considerados clandestinos, participar de concursos internacionais e trazer para Minas importantes prêmios.

Ao final da gestão na Emater-MG, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, implantamos centros de maturação de queijos em Medeiros e Rio Paranaíba, inspirados no

modelo da região francesa de Franche-Comté, referência mundial na produção de queijos artesanais.

Nada disso teria sido possível sem a coragem dos produtores rurais, mas também não sem a presença estruturada do Estado. Mais de 1.200 extensionistas foram contratados e qualificados, formando uma Emater-MG técnica, valorizada e preparada.

Em 2011, como deputado federal, levei para Brasília a bandeira da assistência técnica e extensão rural, especialmente, a causa do queijo artesanal. Esse produto, que é sagrado nas roças de Minas, estava sendo tratado como um “veneno”, sendo apreendido e destruído. No Congresso, lutei incansavelmente para que os queijos artesanais de Minas e do Brasil fossem reconhecidos e respeitados.

Em 2015, apresentei o Projeto de Lei do Selo Queijo Artesanal, ao lado do amigo deputado Alceu Moreira (RS). A luta para aprovar a lei foi longa, com muitos debates e desafios. Mas, em 2019, conseguimos aprová-la na Câmara dos Deputados e no Senado.

A regulamentação da lei tornou-se uma das mais municipalistas do país, permitindo a inspeção por serviços municipais ou consórcios, viabilizando a comercialização em todo Brasil e a exportação. O produtor passou a acessar novos mercados, com maior valorização, enquanto o consumidor ganhou segurança e qualidade.

Esse percurso culminou, em 2025, com o reconhecimento da Unesco, que declarou o modo de fazer do Queijo Minas Artesanal Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Uma conquista que reafirma: sem o Estado necessário, esse sucesso não teria acontecido e não teria o mesmo sabor.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Poder e colapso

Ao longo da história da humanidade, observa-se a repetição de um fenômeno tão antigo quanto persistente: a vulnerabilidade do poder diante da sedução. Trata-se de uma dinâmica que atravessa épocas, culturas e sistemas políticos, manifestando-se sempre que indivíduos investidos de grande autoridade passam a acreditar que se encontram acima das regras comuns da convivência social. Desde os relatos simbólicos mais antigos até os registros históricos mais documentados, o desejo aparece como um ponto sensível da condição humana. Não como falha moral isolada, mas como parte de uma engrenagem maior, na qual o prazer, o segredo e a transgressão se combinam para produzir situações de dependência e constrangimento. A sedução, nesse contexto, não deve ser compreendida como atributo de um gênero ou de um indivíduo específico, mas como força relacional. Ela atua onde há vaidade, sensação de impunidade e ausência de limites claros.

Quando associada ao poder, torna-se instrumento eficaz para criar vínculos assimétricos e, em alguns casos, verdadeiras armadilhas sociais. Diversos períodos históricos registram episódios em que figuras centrais da vida pública foram envolvidas em situações privadas que, mais tarde, mostraram-se decisivas para sua queda. Cortes imperiais, palácios, gabinetes e centros de decisão sempre conviveram com espaços paralelos, marcados pela informalidade, pelo excesso e pela promessa de discricção absoluta. Esses ambientes, muitas vezes, festivos e luxuosos, criam uma atmosfera na qual o senso de responsabilidade tende a se dissolver. A partir daí, pequenos desvios se acumulam até se tornarem comprometedores. O que começa como entretenimento termina como constrangimento. A história demonstra que, nesses casos, o verdadeiro poder não está no ato em si, mas na possibilidade de revelação. O segredo passa a funcionar como moeda. Quem o detém, detém influência.

Em sociedades complexas, o silêncio tem valor. A preservação da imagem pública, especialmente entre elites políticas e econômicas, é frequentemente tratada como patrimônio. Por isso, situações embaraçosas ganham relevância não apenas pelo seu conteúdo, mas pelo risco que representam à reputação e à estabilidade de estruturas inteiras. Com o passar do tempo, surgiram relatos de arquivos, registros e memórias que circulariam nos bastidores do poder, contendo informações sensíveis sobre comportamentos privados de figuras públicas. Independentemente da veracidade de cada caso, o simples fato de tais narrativas se repetirem indica a existência de um imaginário coletivo que associa poder, segredo e vulnerabilidade. Quando esses conteúdos vêm à tona, geralmente por meio de investigações, disputas internas ou mudanças no equilíbrio de forças, instala-se o que se poderia chamar de “ressaca moral”. A sociedade, então, enfrenta práticas que, por muito tempo, permaneceram invisíveis ou toleradas.

No mundo atual, apesar do avanço das instituições, da tecnologia e dos mecanismos de controle, o padrão persiste. Festas privadas, encontros exclusivos e redes informais continuam funcionando como espaços onde o poder se exerce de maneira menos visível. A diferença está na materialidade do registro. Em tempos de comunicação digital, quase tudo deixa rastros. Mensagens, imagens e arquivos transformam-se em elementos centrais de disputas simbólicas e políticas. O que antes dependia da memória oral agora pode ser armazenado e recuperado com facilidade. Essa nova realidade amplia tanto o risco quanto a sensação de controle. Paradoxalmente, quanto mais registros existem, maior parece ser a ilusão de que eles jamais serão revelados.

A repetição desse fenômeno ao longo da história aponta para uma característica essencial da condição humana: a fragilidade diante do desejo. O poder, longe de eliminar essa fragilidade, muitas vezes, a intensifica. A sensação de excepcionalidade, de que certas regras não se aplicam, funciona como catalisador de comportamentos que, mais tarde, mostram-se insustentáveis. Não se trata de moralismo, mas de observação histórica. Sistemas de poder que ignoram limites éticos tendem a produzir os próprios mecanismos de colapso. Sedução, nesse sentido, atua menos como causa e mais como reveladora de estruturas já desequilibradas. Exemplos anteriores ensinam que nenhuma sociedade está imune a esse tipo de dinâmica.

Mudam os cenários, os costumes e as tecnologias, mas a lógica permanece surpreendentemente estável. Onde há poder concentrado, segredo valorizado e ausência de freios institucionais, há terreno fértil para a repetição do mesmo enredo. Talvez a verdadeira lição não esteja em condenar indivíduos ou comportamentos isolados, mas em reconhecer a necessidade constante de limites, transparência e responsabilidade. Afinal, o poder que se acredita invulnerável costuma ser, justamente, aquele mais exposto às armadilhas que ele próprio ignora.

» A frase que foi pronunciada

“Tudo é vaidade, nada é justo.”

William Makepeace Thackeray

» História de Brasília

Logo abaixo desta coluna, os senhores encontrarão uma carta do dr. Amador Campos, explicando notícias publicadas nesta seção. A carta é publicada na íntegra, assegurando-se, portanto, o sagrado direito de defesa. (Publicada em 15/5/1962)